



16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

Tema: “40 anos da “Virada” do Serviço Social”

Brasília (DF, Brasil), 30 de outubro a 3 de novembro de 2019

Eixo: Política Social e Serviço Social

Sub-Eixo: Ênfase em Concepção

A FORMAÇÃO SOCIAL CAPITALISTA E O LUGAR DAS POLÍTICAS SOCIAIS NO BRASIL: APROXIMAÇÕES TEÓRICAS

Ingrid Castro de Sá Pereira¹

Resumo: Este artigo é fruto do conteúdo ministrado na disciplina eletiva “Conjuntura e temas contemporâneos no Serviço Social”, em um programa de pós-graduação. Diante disso, o referido artigo tem como objetivo realizar aproximações teóricas com as características mais significativas da formação social capitalista, buscando enfatizar os processos de crise que deram origem aos modelos de acumulação capitalista ao longo da história e seus rebatimentos na construção do modelo de políticas sociais no contexto brasileiro. Para o objetivo que se pretende alcançar, busca-se compreender as relações sociais em sua totalidade, considerando a realidade como produto histórico, tendo como fundamento a perspectiva teórica marxista, na medida em que tenta regatar autores que seguem a corrente teórica de Marx, mas também a teoria de origem marxiana. Para tanto, foi realizado o levantamento bibliográfico, tendo em vista o conteúdo abordado referida disciplina, aliado ao acúmulo teórico e reflexões acerca da realidade social. Dessa maneira, verifica-se que o capitalismo, associado à ideologia neoliberal, torna-se um obstáculo à promoção coletiva de políticas de proteção social.

Palavras-chave: Capitalismo, neoliberalismo, política social, proteção social.

Abstract: This article is fruit of the content taught in the elective course "Conjuntura and contemporary themes in Social Work", in a postgraduate program. Thus, the article aims to make theoretical approaches with the most significant characteristics of capitalist social formation, seeking to emphasize the crisis processes that gave rise to the models of capitalist accumulation throughout history and its refutations in the construction of the model of social policies in the Brazilian context. In order to achieve this objective, the aim is to understand social relations in their totality, considering reality as a historical product, based on the Marxist theoretical perspective, in that it attempts to regroup authors who follow the theoretical current of Marx, but also the theory of Marxian origin. In order to do so, a bibliographical survey was carried out, in view of the contents of said discipline, allied to theoretical accumulation and reflections on social reality. In this way, it is verified that capitalism, associated with neoliberal ideology, becomes an obstacle to the collective promotion of social protection policies.

Keywords: Capitalism, neoliberalism, social policy, social protection.

INTRODUÇÃO

O presente artigo encontra apoio nas reflexões e debates ocorridos no período de 10 a 14 de setembro do ano 2018, no qual houve a presença da Prof. Dra. Josefa Batista Lopes no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS) da Universidade Federal do Pará (UFPA), sobretudo para ministrar o primeiro módulo da disciplina eletiva “Conjuntura e temas contemporâneos no Serviço Social”. As exposições propiciaram curiosidade e questionamentos acerca da conjuntura social, econômica e política do Brasil, especialmente

¹ Estudante de Pós-Graduação, Universidade Federal do Pará, E-mail: ingridcastrodesa@gmail.com.

no tocante às políticas sociais, tendo em vista o recente rumo que a história está percorrendo com mandato presidencial de 2019 no Brasil.

Nesse sentido, para compreender o atual contexto socioeconômico e político brasileiro e seus rebatimentos, especialmente nas políticas sociais, faz-se necessário retomar, historicamente, os fundamentos da formação social capitalista, nos quais são tensionadas as relações entre capital, Estado e classes sociais.

Considerando como ponto de partida a dimensão material da realidade, faz-se necessário refletir sobre os elementos estruturais e conjunturais que a particularidade brasileira aponta, dentro do cenário latino americano, tais como: a formação social capitalista sob a orientação ideológica neoliberal, mudanças nas funções do Estado a qual expressa uma posição de classe, a acirrada contradição entre capital e trabalho, tendo como consequência desta contradição a relação antagonica de projetos societários.

Conforme aponta o Prof. Dr. José Paulo Netto, principalmente em seu livro intitulado “Capitalismo Monopolista e Serviço Social” (2011), a história destes complexos processos vem sendo construída por protagonista histórico-sociais, expressando relações de forças e projetos específicos de classe, por meio do desenvolvimento estrutural do capitalismo em sua fase monopolista.

No desenvolvimento do tema proposto, pretende-se compreender os elementos determinantes da política social, segundo a formação social capitalista e o neoliberalismo na particularidade do cenário brasileiro, lançando mão de autores da tradição marxista do Serviço Social, o que permite um esforço intelectual no sentido da apreensão dialética da realidade.

Para iniciar as reflexões pretende-se resgatar os fundamentos do pensamento liberal e seus desdobramentos históricos, no qual são base do neoliberalismo. Recorre-se aos textos de Harvey (2008) e Teixeira (1996), no sentido de auxiliar na compreensão da reestruturação produtiva e da ideologia neoliberal, sua origem, elementos centrais, implicações e tendências contemporâneas. Em seguida, sob a perspectiva crítica de Behring e Boschett (2010), Pereira (2009), busca-se compreender o lugar atribuído às políticas sociais, tendo em vista a formação social capitalista no Brasil.

1. As crises da formação social capitalista: algumas considerações

Como base teórico-metodológica, é relevante destacar que Marx e Engels (1998), na obra “Ideologia Alemã”, afirmam que é fundamental considerar os processos da vida real. Isso significa dizer que, o conhecimento real das relações sociais, não está nas abstrações da consciência ou processos mentais, pelo contrário, está na busca dos processos históricos, na produção de necessidades materiais e espirituais dos indivíduos, isto é, “partimos dos homens em sua atividade real, é a partir de seu processo de vida real que representamos também o desenvolvimento das reflexões e das representações ideológicas desse processo vital” (MARX, p. 19, 1998).

O desenvolvimento histórico da passagem do século XX ao século XXI, fomentou a necessidade de se refletir, dentre outros temas, as mudanças engendradas no seio da formação social capitalista, o que repercute mudanças na dinâmica das funções do Estado e, sobretudo as transformações no âmbito da produção e reprodução do capital e o conflito das classes sociais antagônicas, expressões também das crises cíclicas do capital.

Considerando que os séculos XIX e XX foram marcados pelo liberalismo econômico, tendo como ideologia a não intromissão estatal nos assuntos da esfera social e econômica, tornando suas funções limitadas aos ditames do mercado, devendo criar processos favoráveis ao estabelecimento de relações de livre comércio entre as economias mundiais, privilegiando o livre desenvolvimento da acumulação capital.

Conforme aponta Teixeira (1996), a teoria do liberalismo revela que o Estado é nocivo à liberdade individual e econômico da sociedade capitalista, dessa forma, correndo o risco de interferir no pleno desenvolvimento do bem-estar coletivo. Nesse sentido, o autor assinala que o equilíbrio do mercado está associado ao fortalecimento ideológico do individualismo, favorecendo os propósitos de acumulação do capital, no sentido de estimular a livre concorrência. O autor retoma os princípios políticos do jus naturalismo de Hobbes e Locke e da mão invisível pensada por Smith, para endossar sua argumentação sobre a gênese do pensamento liberal, como demonstra a citação abaixo:

Trata-se de um princípio que procurademonstra que a economia deve funcionar sem qualquer regulamentação social direta. [...] uma sociedade na qual o mercado deverá ser a instância suprema e intranscendível da vida humana. Afinal de contas, o mercado é um produto da natureza humana, que se desenvolve sem que ninguém tenha consciência disso [...] (TEIXEIRA, p. 209, 1996).

A argumentação evidenciada pelo autor, permite perceber que os fundamentos ideológicos do liberalismo conduzem à ilusão de que o mercado por si só tem condições de promover bem-estar social à sociedade, sem a presença necessária da instância governamental para regular as relações sociais. Permite também a legitimação do mercado dentro da lógica capitalista, sobretudo privilegiando a reprodução da classe burguesa,

tornando-se livre de qualquer influência que limite a sua ascensão econômica e consequentemente individual, intensificando ainda mais as desigualdades sociais.

Seguindo nesta perspectiva, Behring e Boschett (2010) asseveram que a teoria liberal defende que o Estado deve criar condições para a livre reprodução das leis do mercado na sociedade civil, em detrimento das ações em favor da regulação das relações de trabalho, da garantia de direitos sociais, bens e serviços para a coletividade, ou seja, para os liberais as políticas sociais contribuem para o ócio e desestimulam o interesse em direção ao trabalho, sendo um risco para sociedade do mercado.

Paralelamente a este debate, David Harvey em sua obra intitulada “Condição Pós-Moderna” (2005), acrescenta que a regulação e intervenção estatal são necessárias para compensar as falhas do mercado, sobretudo aqueles “danos inestimáveis ao ambiente natural e social”. Elenca como necessária a intervenção do Estado no fornecimento de bens e serviços coletivos, como por exemplo na educação, infra-estruturas sociais e físicas, dessa forma, sendo resultado do que o autor chama de “pressões coletivas”, exercidas não só pelo Estado, mas pelas instituições religiosas, sindicais, políticas, patronais e culturais.

A decadência do liberalismo chega especialmente com a crise 1929, ano marcado por umas das grandes crises do modo de produção e reprodução capitalista, configurando um período de transição e incertezas sociais, econômicas e políticas. Ao cotidiano da classe trabalhadora incorporou-se os altos índices de desemprego, pauperismo, aumento das desigualdades sociais e a carência de bens necessário à reprodução material e imaterial dos indivíduos. Para o capital, foi um período que resultou em estagnação, instabilidade e decréscimo econômico, expressão da superprodução e subconsumo.

De acordo com Netto e Braz (2008), a história do desenvolvimento capitalista é a história de sucessivas crises econômicas, revelando-se estruturalmente instável, com fases de expansão e retração. Outrossim, os autores asseveram que as crises são necessárias e inevitáveis, pois, é a partir das crises que o capital se renova, sendo possível novas formas de organização da economia e formações sociais para além do capitalismo.

Com base nas reflexões de Netto e Braz (2008), é possível compreender o caráter contraditório do processo das crises do capitalismo. Ao mesmo tempo que são inerentes e necessárias, as crises abalam o fundamental movimento do capital: a transformação do valor de uso em valor de troca. Ou seja, a mercadoria somente se concretiza mediante sua venda, rendendo mais dinheiro e lucros ao capitalista. Quando este processo não se realiza, devido ao crescimento da não venda da força de trabalho (desemprego), há a superprodução de valores de troca, sem haver o seu escoamento.

A realidade que se apresentava no momento histórico da crise de 29, obrigou os liberais a cederem no sentido da incorporação do Estado às estratégias de superação da crise, conforme aponta Teixeira (1996) “o Estado é obrigado a abandonar sua posição de “vigia da economia” para se tornar instrumentos de salvação do sistema [...]” (TEIXEIRA, 1996, p. 212).

A partir desta, buscar em direção ao rompimento parcial com os princípios liberais, há uma ampliação das funções do Estado, os quais se aproximam dos princípios keynesianos como medida de superação democrática do processo de crise capitalista, observa-se uma expansão das políticas de proteção social, ancoradas em direitos sociais e garantias sociais, o que não significa o abandono às leis do capital.

No entanto, Behring e Boschett (2010) apontam que as medidas sociais adotadas pelo Estado keynesiano junto à classe trabalhadora são formas de viabilizar a reprodução da lógica da acumulação capitalista, o que permite compreender a contraditória demanda apresentada ao Estado, na medida em que “é expressão da contradição interna do capitalismo” (Behring e Boschett, 2010,p.91), mas também, deve assegurar meios de consumo e atendimento às necessidades sociais.

Para o objetivo que se pretende alcançar, ressalta-se o início da década de 1970, cenário de transição do modelo de organização e controle de produção fordista-keynesiano, o qual baseava-se na produção em massa, intensificação do ritmo de trabalho, estruturado partir de uma produção parcelar e padronizada. No entanto, devido a participação fragmentada no processo de produção, assim como, a separação de quem pensa e executa as tarefas, o trabalhador torna-se alheio ao seu trabalho, associando diferentes fatores que objetivam a superexploração de sua força de trabalho.

De acordo com Harvey (2005), a “rigidez” de estratégias que o modelo de produção fordista apresentava diante dos ciclos instáveis do capitalismo, associado a insatisfação da classe trabalhadora que reivindicava políticas de bem-estar social mais equânimes, considerando que estas políticas eram garantidas segundo a lei do mérito do trabalho, dentre outros motivos, conduziu ao tensionamento e ao fim do fordismo.

Nos anos que se seguem à década de 1980 têm como pano de fundo o processo de reestruturação produtiva, sistema ideológico e político de dominação que nas palavras de Antunes (2009) se estruturou como estratégia para recompor os patamares de expansão do capital, inserindo novas técnicas de gerenciamento da força de trabalho, reconfigurando o papel do Estado no sentido da reorientação de política sociais.

Ainda segundo Antunes (2009), esta reestruturação da acumulação capitalista, modificou as relações no mundo do trabalho, reconfigurou necessidades sociais dadas e criou novas, desmobilizou a luta da classe trabalhadora, fomentou a subcontratação, a terceirização, a polivalência (o que não significa necessariamente a qualificação profissional), ou seja, a reestruturação produtiva é marcada por transformações que vão além das relações de trabalho, expressando também um modo de vida, influenciando ideologicamente na cultura e no cotidiano dos trabalhadores.

Diante do que foi exposto neste item, sobre as estratégias de manutenção e domínio que a formação social capitalista exerce ao longo do processo civilizatório, faz-se necessário enfatizar de que modo as políticas de proteção social são compreendidas neste processo, qual o lugar que ocupa neste cenário brasileiro de tensionamento de contradições?

2. Considerações sobre política social e proteção social na sociabilidade do capital

É um desafio tratar sobre a política social no momento de grandes transformações socioeconômicas no contexto brasileiro que, dentre outras questões, modificam substancialmente a relação entre Estado e sociedade, visto que, como política pública e, portanto, produto de correlação de forças, “é fruto de escolhas e decisões definidas nas arenas conflituosas de poder” (PEREIRA, p. 166, 2008).

A política social estabelece como prioridade, conforme Pereira (2008), identificar a sua influência nas condições de vida dos cidadãos, dessa forma, tendo como finalidade o acesso efetivo aos direitos considerados básicos, tais como saúde, educação, moradia, segurança alimentar, amparando à infância, à velhice, etc. Nesse sentido, a autora considera as posições desiguais dos sujeitos na estrutura da sociedade de classes, sistematizando as condições em que se criam as necessidades sociais e de como se materializam na realidade concreta, objetivando minimizar as desigualdades sociais.

Diante disso, as políticas sociais “como estratégias de enfrentamento adotadas pelo Estado e pelas classes” (BEHRING, BOSCHETT, p. 53, 2010) frente ao conjunto de questões engendradas no seio da formação social capitalista, expressam diferenças, conflitos, hierarquias e lutas sociais, ou seja, para entender a particularidade da política social, é preciso olhar a complexidade que acompanham esses campos que estão em constante mutação e inseridos em diversos matizes ideológicos.

Desse modo, as autoras pontuam que para realizar a análise das políticas sociais a partir da perspectiva dialética, é fundamental considerar alguns elementos que explicam seu surgimento e desenvolvimento. Considera, nesse sentido, como elementos fundamentais ao processo de compreensão da construção histórica das políticas sociais, a natureza e o grau de desenvolvimento do capitalismo, o papel do Estado como principal agente regulador e implementador de políticas sociais e a importância do papel das classes sociais. Behring e Boschett (2010).

Esta análise possibilita a reflexão sobre as forças antagônicas inscritas neste contexto econômico, político e social, o qual envolvem relações do Estado e os interesses de classes sob a égide do capital. Pereira (2009) permite a aproximação com a perspectiva marxista, que considera as políticas sociais como:

Resultado da relação dialeticamente contraditória entre estrutura e história e, portanto, de relações – simultaneamente antagônicas e recíprocas – entre capital x trabalho, Estado x sociedade e princípios de liberdade e da igualdade que regem os direitos de cidadania (PEREIRA, 2009, p. 166).

A partir desta análise é possível observar que a concretização de políticas sociais exige a articulação de tendências, que ora captam o movimento das classes dominantes, que objetivam a legitimação da ordem capitalista, ora são determinadas pelos interesses das classes dos trabalhadores, através de movimentos e lutas em busca da garantia de direitos sociais.

Neste contexto competitivo e, portanto, de tensionamento, Pereira (2009) também sinaliza que a construção teórica da política social é pautada em ideologias, valores e perspectivas teóricas diversas e em disputa, demonstrando que não há neutralidade no processo de elaboração das políticas de ação, já que são produtos da atividade humana que desenvolvem e implementam ações que produzam impactos nas circunstâncias coletivas e individuais da sociedade.

Considera-se o avanço do neoliberalismo e sua ideologia, responsável por tornar restrita a universalização de políticas sociais, apartando a classe trabalhadora dos meios de reprodução social, ou seja, afastando as possibilidades do atendimento de suas necessidades básicas. Esta implicação da dinâmica da reestruturação produtiva, permite compreender que, apesar da globalização e todo avanço no processo produtivo, no qual está inserida a força de trabalho, verifica-se uma distribuição desigual da riqueza que é produzida coletivamente, gerando pauperismo e vulnerabilidade no cotidiano da classe trabalhadora.

O contexto do Sistema Brasileiro de Proteção Social evidenciado por Silva, Yazbek e Giovanni (2008), aponta as décadas de 1970 e 1980, como período de expansão e consolidação dos programas sociais, os quais funcionavam como mecanismo de controle

social pelo Estado frente às lutas reivindicatórias dos movimentos sociais, relativas à ampliação dos direitos sociais e da democracia.

Como resposta a relação entre Estado e sociedade civil, organizados em torno da garantia dos direitos sociais, consegue-se inserir na Constituição brasileira de 1988, o conceito de Seguridade Social², expresso na garantia de Saúde, Previdência e Assistência Social. No entanto, Silva, Yazbek e Giovanni (2008), assinalam uma série de deficiências na universalização do Sistema de Proteção Social do Brasil, sobretudo a partir da década de 1990, influenciadas diretamente pelo receituário neoliberal.

Nesse sentido, Silva, Yazbek e Giovanni (2008) chamam atenção para a influência neoliberal no contexto brasileiro, que priorizava o alinhamento econômico nacional ao internacional, no qual:

Registra-se evidente descaso em relação à integração da população brasileira, como um todo, aos possíveis benefícios do processo de ajuste econômico, tendo-se, por conseguinte, um Estado submetido à lógica do mercado, dificultando o processo de luta social por conquistas sociais que possam elevar o padrão de vida da população brasileira (SILVA; YAZBEK; GIOVANNI, 2008, p. 29).

Segundo Mota (2008), a necessidade de Proteção Social dos trabalhadores foi reconhecida no Brasil, no entanto, como afirma a autora, nos países periféricos não existiu *Welfare State*, enquanto arranjo econômico, social e político. No início dos anos de 1990, no Brasil, observa-se uma integração à ordem econômica mundial, onde as políticas públicas sociais padecem com os ajustes neoliberais.

De acordo com Mota (2008), a questão desafiadora do século XXI encontra-se “na tendência do modo de produção capitalista em criar uma grande demanda de trabalhadores e ao mesmo tempo não permitir o acesso destes ao trabalho e a riqueza socialmente produzida” (Mota, 2008, p. 26), dessa maneira, “essa tendência responde por um contingente atual de milhares de homens e mulheres, em idade economicamente produtiva, sem possibilidade de encontrar trabalho” (idem, p. 26).

Conforme os autores, a Constituição Federal de 1988 passa a ser considerada pelos neoliberais como um instrumento que inviabiliza a inserção do Brasil na economia internacional, uma vez que representa um obstáculo para a participação na economia globalizada e assim, “vêm sendo descartadas conquistas sociais, decorrente de lutas sociais nas décadas de 1970 e 1980”. (SILVA; YAZBEK; GIOVANNI, 2008, p. 27).

²Conforme a Constituição Federal Brasileira de 1988, a Seguridade Social é um conjunto integrado de ações do Estado e da sociedade voltadas a assegurar os direitos relativos a saúde, previdência e assistência social (BOSCHETTI, SALVADOR, 2009).

As discussões abordadas pelos autores possibilitam compreender como as ações do Estado contribuem para a pulverização dos direitos sociais duramente conquistados, como também para o agravamento das desigualdades sociais e da pobreza. Com efeito, a precariedade atual das condições de trabalho, renda, aposentadoria e garantia de direitos sociais, cada vez mais compromete a reprodução social de indivíduos e famílias nas grandes cidades.

A desigualdade social é característica persistente da sociedade brasileira, mas é preciso assinalar que ela não afeta homoganeamente todas as regiões do país. Faz-se necessário compreender os desafios regionais, dentro da perspectiva histórica que ressalta os processos de espoliação a que foram submetidas as riquezas naturais existentes no território brasileiro.

Considerações Finais

As aproximações realizadas por meio dos debates em sala de aula do mestrado, especialmente, no período do ano de 2018, no qual houve a possibilidade de contato e aprofundamento das produções teóricas sobre as temáticas da formação social capitalista, correntes e teorias sociais, categoria trabalho, política social, política pública, entre outros temas que impulsionaram e deram subsídios para a produção deste artigo.

O padrão de acumulação capitalista, através do Estado e das classes sociais, produz e reproduz formas de sociabilidade, construindo modos de interação entre estas instâncias na realidade. Verificou-se que a política social é um mecanismo de mediação entre as necessidades do capital e também das necessidades da força de trabalho, tendo o Estado o papel de formular e garantir políticas, de acordo com as requisições das relações sociais vigentes.

Dessa forma, constata-se a fragmentação e a inoperância das políticas sociais no atendimento às necessidades das classes subalternas, em especial no contexto brasileiro. Verifica-se uma constante tendência do Estado brasileiro aos cortes sociais e às respostas paliativas, em detrimento ao desenvolvimento capitalista. Observa-se a transferência das funções estatais para a família, comunidade, Igreja, organizações sociais, com o discurso de “solidariedade” e “participação social” na garantia da cidadania e de direitos sociais à sociedade civil.

A partir disso, pode-se inferir que o lugar que tende a ocupar as políticas sociais na atual conjuntura do Brasil, é o lugar da acumulação da riqueza socialmente produzida nas mãos de uma minoria. É o lugar da busca da (re)produção do não acesso a bens e serviços sociais, de saúde de qualidade, da moradia e do emprego digno. É lugar dos impostos que não são reinvestidos em infraestrutura para a população. Ou seja, é o lugar da manutenção e não da superação do pauperismo social.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. **Os Sentidos do Trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 2 ed. São Paulo: Boitempo. 2009.

BEHRING, Elaine.BOSCHETTI, Ivanete. **Política social**: fundamentos e história. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988. Disponível em: < <http://www.planalto.gov.br>> Acesso em: 29 jan. 2019.

HARVEY, David. **Condição Pós-Moderna**:uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. 14 ed. São Paulo: Loyola, 2005.

MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã**. 3 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

MOTA, Ana Elizabete. **O Mito da Assistência Social**: ensaios sobre o Estado, Política e Sociedade. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2008.

NETTO. José Paulo e BRAZ. Marcelo. **Economia política**: uma introdução crítica. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2008.

_____. **Capitalismo monopolista e Serviço Social**. 8 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

PEREIRA, PotyaraAmazonaida. **Política Social: temas e questões**. São Paulo: Cortez, 2008.

SILVA, Maria Ozanira da Silva; YAZBEK, Maria Carmelita e GIOVANNI, Geraldo Di. **A política social brasileira no século XXI**: a prevalência dos programas de transferência de renda. São Paulo: Cortez, 2008.

TEIXEIRA. Francisco. O neoliberalismo em debate. In TEIXEIRA, Francisco e OLIVEIRA,Manfredo (Orgs). **Neoliberalismo e reestruturação produtiva**: as novas determinações do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez, 1996.